

RELATÓRIO SOBRE REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DO NOVO INCRA

A convite da Presidência do INCRA, as entidades representativas dos servidores participaram de uma reunião de trabalho cujo objetivo para as entidades era de se construir uma apresentação para a Presidente da República, por ocasião do aniversário da Autarquia, em 9 de julho, mostrando a importância da instituição INCRA e dos seu quadro de servidores, como havia sido informado pela presidente Maria Lúcia Falcón, em reunião anterior com a CNASI e SINDPFA.

As atividades aconteceram no dia 26 de junho de 2015 na sala de reunião da Presidência do INCRA. Dando início aos trabalhos, foi proposta uma metodologia de oficinas dividida em três eixos centrais - administrativo, participação social e técnica.

Apesar das manifestações da CNASI com relação à metodologia proposta, que não previu uma análise de conjuntura inicial, onde seriam feitos os informes pela Presidência do INCRA relativo as conversas realizadas entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Presidência do INCRA com a Presidente Dilma, por ocasião do lançamento do plano safra 2015-2016, informes estes que para a CNASI seriam essenciais para o desenvolvimento de todo o trabalho que seria executado, a metodologia foi mantida.

Face a esta situação, os trabalhos foram feitos de acordo com a metodologia apresentada, tendo sido feito pelos movimentos sociais presentes um pedido de que pudessem desenvolver os temas num grupo formado apenas pelos próprios, considerando que se sentiam mais a vontade, do que, participarem com o conjunto do servidores nas três oficinas propostas. Houve concordância da Presidência do INCRA, tendo ao final quatro grupos formados.

Os debates foram das 15h até as 19 horas. Pelo que podemos verificar, infelizmente, a situação funcional do quadro de servidores foi diluída nas outras questões, como sendo um dos gargalos para a construção da proposta do NOVO INCRA. A médio prazo PPA e a longo, III PNRA. Para a direção da CNASI este foi o grande equívoco da atividade, vez que não existe nenhuma possibilidade de construção de propostas novas ou fortalecimento de ações antigas, se a situação salarial e da carreira dos servidores do INCRA e MDA não forem atendidas. Prova incontestável desta realidade foi e é o alto índice de evasão de servidores devido, sobretudo, a questão salarial, aliado ao grande número de servidores que reúnem condições de aposentadoria e ainda, a grave situação de terceirizações. Fatores estes que somados colocam o INCRA e o MDA numa condição que já ultrapassa os limites da responsabilidade, (inclusive o cumprimento de compromissos financeiros), quiçá o cumprimento de metas de assentar todas as famílias acampadas e atender dignamente a agricultura familiar, por mais boa vontade expressas publicamente pela Presidente do INCRA e pelo Ministro.

Ao final dos trabalhos a Presidente do INCRA saiu da reunião, antes porém, solicitou ao SINDPFA que fizesse uma apresentação sobre a governança

fundiária. Ao final da mesma, foi destacada a questão da proposta apresentada pelo MPOG de 21,3 por cento e a afirmativa do Secretário da SRT "de que tal percentual serve para garantir o poder de compra dos trabalhadores federais". Baseado nesta declaração, o SINDPFA encerra sua apresentação afirmando que tal proposta não atende aos servidores das duas carreiras do INCRA, pois os mesmos já amargam perdas salariais há dez anos.

Dessa forma, o produto final dos trabalhos, a ser compilado e apresentado a todos, deve servir de base para novos encontros e debates.

Vale salientar que as entidades representativas dos servidores esperavam um posicionamento mais firme da direção do INCRA sobre a questão das suas carreiras e querem que o tratamento a ser dado ao quadro de servidores do INCRA e MDA seja diferenciado. A questão salarial não pode ser tratada como uma das tantas a serem estudadas e resolvidas a médio e longo prazo.

Queremos ver a questão salarial ser resolvida em curto prazo, pois sem isso não temos como discutir nenhuma proposta para o NOVO INCRA se a questão das carreiras do INCRA e MDA não forem solucionadas.

Aguardamos, que a despeito de todos os debates que devemos fazer sobre o INCRA e seus programas e sua importância para a sociedade, preceda a questão de resolver em definitivo a situação dos servidores, pois sem esta solução definitiva não temos nada a debater. Não se faz reforma agrária sem que seus agentes estejam devidamente valorizados e motivados na realização de suas tarefas diárias.

Alertamos aos gestores e a sociedade em geral que qualquer planejamento que se faça para o meio rural, a exemplo de planos safras, o fortalecimento dos órgãos de Estado que executam as políticas públicas através de seus servidores é imprescindível. Portanto, deve ser considerado como investimento e nunca como gasto, sob pena da política pública ficar apenas no campo da promessa, servindo apenas para cumprir o superávit primário.

O atendimento à demanda dos servidores, com a equiparação das carreiras do INCRA e MDA à carreira ambiental, é condicionante para qualquer construção presente ou futura do desenvolvimento agrário rural.

Permaneceremos atentos e dispostos a debater todas as questões relativas ao fortalecimento da Autarquia e a valorização dos servidores. Contamos com o apoio das direções do INCRA e MDA na defesa de nossa proposta junto ao MPOG e Casa Civil e alertamos a categoria que se mantenha mobilizada.

Direção Nacional da Cnasi